



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 390/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO
SECRETARIA INTERESSADA: Secretaria Municipal de Agricultura

OBJETO:

Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e apoio aos produtores rurais do Município de Rio Crespo/RO, em cumprimento ao Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 169.628,76 (cento e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/06/2026 às 09:30 (horário de Brasília)

Plataforma de Compras: www.licitanet.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

MODALIDADE:

Pregão Eletrônico, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, na IN nº 73/2022 e demais normas aplicáveis.

A presente licitação será realizada em **ampla concorrência**, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao direito de preferência em caso de empate ficto e à regularização fiscal tardia, quando cabíveis.

INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Contrato Administrativo

EUNICE SOUZA DOS SANTOS
Agente de Contratação
Port. 4926/2025

OBS: (Os arquivos dos documentos habilitatórios deverão ser enviados em um único arquivo em PDF, o mesmo para a proposta atualizada com memorail descritivo, folders, etc...)



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 390/2026

1. – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. PREÂMBULO:

O Município de Rio Crespo, através da Comissão de Contratação e da Agente de Contratação, designadas por portaria vigente, com sede na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, 1160 - Centro, torna público a quem possa interessar que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 73/2022 e demais normas aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Declara-se que o presente Edital foi cuidadosamente examinado pelas licitantes, não podendo alegar desconhecimento de suas disposições.

O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br, sendo a LICITANET a provedora do sistema eletrônico.

A sessão pública ocorrerá por meio do sistema eletrônico na data e horário indicados.

Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário da Agente de Contratação.

Todos os horários referem-se ao horário oficial de Brasília – DF.

1.1.1. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

Agente de Contratação: Eunice Souza dos Santos

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:

Dia 24/06/2026, às 09h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

Setor responsável: Departamento de Compras, Licitações e Contratos

E-mail: licitacao@riocrespo.ro.gov.br

Portal da Transparência: www.riocrespo.ro.gov.br

Plataforma: www.licitanet.com.br

1.2 DO OBJETO:

1.2.1 Aquisição de equipamentos agrícolas, sendo: 01 (uma) colhedora de forragem (ensiladeira), 01 (uma) carreta agrícola basculante e 01 (uma) grade aradora, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e apoio aos produtores rurais do Município de Rio Crespo/RO, em cumprimento ao Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI.

1.2.2 Os itens compreendem, conforme Termo de Referência:



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



- Colhedora de forragem (ensiladeira);
- Carreta agrícola basculante;
- Grade aradora.

1.2.3 As especificações técnicas deverão observar descrição objetiva, padrão mínimo de qualidade, garantia, assistência técnica quando aplicável, instalação e demais condições exigidas no Termo de Referência, vedada restrição indevida à competitividade.

1.3 DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.3.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo nº 390/2026, e destina-se à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

2 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

2.2. A impugnação deverá ser realizada exclusivamente por meio da Plataforma Licitanet, não sendo aceitos outros meios além dos aqui definidos.

2.3. Caberá a Agente de Contratação, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e/ou deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

2.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente através da Plataforma Licitanet.

2.6. A Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e anexos.

2.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições poderá ensejar a desclassificação ou inabilitação da proponente no referido certame.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



3.2 Não cabe aos licitantes, após a abertura da sessão a alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Anexo I (Termo De Referência).

3.3 Como requisito para participação e habilitação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Anexo I (Termo De Referência).

3.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

3.5 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.5.1 O certame será conduzido pela Agente de Contratação, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade competente para adjudicação, homologação e demais providências necessárias à contratação;”;
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.6 O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, através do endereço eletrônico Portal da Transparência www.riocrespo.ro.gov.br, na Plataforma de Licitações “Licitanet, através do endereço www.licitanet.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação para recebimento de propostas.

3.7 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de avisos ou quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

3.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

3.9.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação** e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

3.9.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

3.9.3 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

3.9.3.1 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, será regido conforme as regras e condições estabelecidas pela própria plataforma, sendo de responsabilidade exclusiva do licitante.

3.9.3.2 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

3.9.3.3 A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com o Município de Rio Crespo.

3.10 Poderão participar desta Licitação somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

3.11 Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do objeto, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

3.12 A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

3.12.1 VEDAÇÕES

3.12.2 Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

3.12.3 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, equiparando-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.12.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.12.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, bem como o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.12.6 Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.12.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.12.8 Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.12.9 Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

3.12.10 Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.12.11 Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública;

3.12.12 Que estejam cumprindo sanção de impedimento de licitar e contratar ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos dos arts. 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.12.13 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem aos itens 3.12.3 e 3.12.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

3.12.14 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, deverá ser esclarecida poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014- 6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.licitanet.com.br.

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente *por meio do sistema eletrônico da plataforma*, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos conforme regras da plataforma.

4.4. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



canceladas por solicitação do licitante.

4.5. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

4.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones:

(34) 3014-6633 (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

4.7. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Rio Crespo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5. – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES

5.1 No ato do cadastro no sistema LICITANET, em campo próprio do sistema, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá (ão) declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.1.1 Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

5.2 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguinte da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.4 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

5.6 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



- que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 5.7 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 5.8 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.9 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.10 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.11 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;
- 5.12 Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.13 O Sistema verificará automaticamente junto à Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.
- 5.14 O licitante **enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e alterações**, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.
- 6.2. Quando do julgamento por Item, o licitante deverá apresentar proposta para o item objeto desta licitação, conforme especificações do Termo de Referência.

7 DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 7.1 Após exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até o horário limite da sessão pública descrito no preâmbulo deste edital (item 1.1).
- 7.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- I. Valor unitário e total dos itens;
 - II. Marca/Modelo ;
 - III. Fabricante, bem como informações relativas à instalação, assistência técnica e garantia, quando aplicável ;
 - IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso), bem como informações relativas à instalação, assistência técnica e garantia, quando aplicável;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



- 7.3. A etapa do anexo da documentação e proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.
- 7.4. O envio da proposta, exigidos no **Anexo II** deste edital, deverá ser **ENVIADO** na ordem em que **foram solicitados** e em um único arquivo em formato PDF, devidamente organizado, ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.
- 7.5. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- 7.6. A falsidade da declaração de que trata o 7.2.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente e neste edital
- 7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.8. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.
- 7.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Ag. de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.10. O licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.11. As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- 7.12. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 7.13. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.
- 7.14. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

8 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1 A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no **item 1.1.**, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, a Ag. de Contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.
- 8.2. O licitante deverá incluir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



seguintes campos:

V. Valor unitário e total do item;

VI. Marca/Modelo;

VII. Fabricante;

VIII. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

8.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a Ag. de Contratação obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

8.4. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

8.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

8.6. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

8.7. Todas as licitantes poderão apresentar lances para o ITEM cotado, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor valor ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

- Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALOR UNITÁRIO com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Ag. de Contratação, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

- Em casos de diligências no anexo da proposta inicial - à Comissão Julgadora promoverá as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame. É o sentido que se extrai do **Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário**, in verbis: “atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei”.

8.8. A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pela Ag. de Contratação, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa pré-definido.

8.9. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

8.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de R\$ 100,00 (cem reais);

8.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

8.13. **DA EXEQUIBILIDADE** – Conforme IN 73/2022 Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.14. Sendo efetuado lance manifestamente **inexequível acima de 50%**, a Ag. de Contratação poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, a ser excluído, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

8.15. Permanecendo a proposta considerada inexequível, o proponente **deverá** comprovar a exequibilidade de sua proposta, apresentando justificativas e documentos tais como CONTRATO(S) e FATURA(S) com objeto e preços compatíveis aos ofertados pela licitante para a contratação e/ou notas fiscais e/ou declarações da CONTRATANTE que comprovem a execução satisfatória de objeto compatível com o da pretensão contratual. A falta do envio da comprovação resultará na desclassificação da proposta.

- A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

8.16. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta desclassificada na fase de aceitabilidade;

9 DO MODO DE DISPUTA

9.1 No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos da lei 14.133/21 e o DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

9.2. **Modo de Disputa Aberto** - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$ 100,00 (cem reais) menor que o valor do último lance.

9.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação.

9.3.1 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



9.5 Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10. DA DESCONEXÃO DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO

10.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a agente de contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.2. A agente de contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

10.3. *Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 12 (doze) horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.*

11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's

11.1 Na disputa de itens de participação **Exclusiva** ou **Cotas Reservadas** para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

11.1.1 Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individuais sediadas locais, regional ou estadual, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local, Regional, ou Estadual sejam iguais ou **até dez por cento superiores** ao menor preço;

b) nos termos do Decreto Municipal 1175/2016, **nos itens destinados às ME/EPP/MEI**, o critério de preferência será oferecido:

I - Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local.

II - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Regional.

III - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Estadual.

c) para efeito do item anterior, considera-se:

I – Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Rio Crespo;

II – Entendem-se por Regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião do Vale do Jamari, sendo: Ariquemes, Cacauplandia, Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Machadinho do Oeste e Cujubim, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

III – Entende-se por Estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.

d) nas licitações a que se refere o subitem anterior, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

e) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste



inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

12. DO DESEMPATE

12.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei complementar 003/2018, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei 14.133 01 de abril de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses, nesta ordem:

- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.1.1 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

12.1.1.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

12.1.1.2 empresas brasileiras;

12.1.1.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.1.1.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.1.1.5 Exauridas as condições estabelecidas no art. 60 da Lei 14.133/2021, proceder-se-á com **SORTEIO ELETRÔNICO**, disponibilizado pela plataforma Licitanet em conformidade com a Instrução Inicial de Representação com Pedido de Cautelar TC 039.591/2023-3 do TCU.

13 DO BENEFÍCIO REGIONAL

13.1 Nos termos do Decreto Municipal nº 1175, de 2016, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

13.2 Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microem-



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



presas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

13.3 A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

13.4 a hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada com base no item 7.14.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 7.14.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

13.6 Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:

13.7 Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município;

13.8 os municípios circunvizinhos, através das microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e assim considerados, especificamente: **Ariquemes, Monte Negro, Buritis, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Cacaulândia, Rio Crespo, Cujubim e Machadinho D'Oeste.**

13.9 Os benefícios previstos nos itens não se aplicam quando: I – não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

13.10 Nos demais casos, ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, será promovido sorteio, mediante convocação de todos os licitantes participantes do certame, nos termos do Art. 45, §2º.

14. – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

14.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a agente de contratação encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º Fica estabelecido o prazo de **02 (Duas) horas**, contado da solicitação da Ag. de Contratação no sistema, para envio da Proposta readequada ao último lance ofertado após ACEITE e a 1º fase de intenção de recurso e, se necessário, dos documentos complementares.

§ 3º Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, inclusive quando a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de preços.

14.2. Após finalização dos lances, aplicação de benefício regional **quando houver**, negociações e atualizações dos preços e após o Aceite, a agente de contratação abrirá prazo de 15 minutos para intenção de recurso e após as **02 duas horas**, para os licitantes anexarem a proposta readequada e



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



os documentos habilitatórios. Examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços, bem como, se o valor unitário e total encontra-se com no **máximo 02 (duas) casas decimais**;

14.3. A Agente de Contratação não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços.

14.4. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, a agente de contratação poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

15 - DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

15.1. Encerrada a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchido, juntamente com a documentação habilitatória e **complementar** (Anexo II), caso haja.

15.2. O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET/LICITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

16. – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1. Cumpridas as etapas anteriores, a Ag. de Contratação verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

16.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pela agente de contratação, por meio do CHAT MENSAGEM;

16.2. Se a proposta de preços não for aceitável, a Ag. de Contratação examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

16.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

16.3.1. A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

16.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 7.1** deste edital de licitação;

16.6 A proposta final do licitante tem validade 60 dias a parti da abertura do pregão.

16.7 Após o aceite, a Ag. de Contratação irá abrir a **PRIMEIRA FASE** de intenção de recurso.

16.8 DA PRIMEIRA FASE DE INTENÇÃO DE RECURSO APÓS ACEITE DAS PROPOSTAS

16.7.1 Após a fase de julgamento das propostas da etapa de negociação e o aceites das propostas,



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



a Ag. de Contratação abrirá a intenção de recurso no prazo de 15 (minutos) para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema. Nesse momento a Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, sendo realizada a apreciação e definida a resposta na última fase de Intenção de Recurso. Nas fundamentações do TCU Acórdão 2180/2023 e Art. 44 do Decreto art. 40 da IN73/2022 e Art. 44 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

17. – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

17.1. Nos casos em que a Ag. de Contratação constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

17.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

17.2.1. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Ag. de Contratação procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

17.3. Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, a Ag. de Contratação se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

17.4. Em casos de ausência de declarações, e ou quando precisar solicitar ao licitante um novo documento atualizado para substituir aquele que tenha sido apresentado com a validade expirada e de outros anexos do edital, que não altere ou fira os objetivos da licitação, **PODERÁ** a Agente de Contratação abrir diligência e prazo de documentos complementares.

18 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

18.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo III** deste edital.

18.2. A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

18.3. A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.

18.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for à matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

18.6. A Administração, por meio da Agente de Contratação, Equipe de Apoio ou Comissão de



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Contratação, poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como verificar a autenticidade, veracidade e validade dos documentos e informações apresentados pela licitante, inclusive mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões e documentos, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021. Constatada a apresentação de declaração ou documento falso, a licitante ficará sujeita às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

18.7. Após solicitação da Agente de Contratação, a licitante provisoriamente vencedora deverá encaminhar, no **prazo mínimo** de 02 (duas) horas e **máximo** definido pela Agente de Contratação no sistema eletrônico, os documentos complementares necessários à habilitação, proposta atualizada, catálogos, folders, memorial descritivo ou quaisquer outros documentos exigidos no Edital, por meio do sistema eletrônico LICITANET/HabilitaNet.

18.8. A Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para análise da proposta, dos documentos de habilitação, realização de diligências ou consultas técnicas, informando no sistema eletrônico a data e horário previstos para retomada da sessão.

18.9. Os documentos de habilitação deverão atender às exigências previstas nos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021 e às condições estabelecidas neste Edital. O descumprimento das exigências de habilitação poderá ensejar a inabilitação da licitante, observado o disposto na legislação vigente e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

18.10. Art. 62/14.133 – 2021 - A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista (Conforme Lei Federal 123/2006 em seu Art. 43, que trás o tratamento diferenciado para os ME, EPPS e MEI);

IV - econômico-financeira.

18.11. A ausência dos anexos como Declarações, que compõem no Edital, poderão ser sanados via diligência.

18.12. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pela Ag. de Contratação via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

18.13. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei.

18.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

18.15. Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

18.16. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação**



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

18.17. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Lei nº 14.133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

18.19. Poderá a agente de contratação prorrogar pelo mesmo período o prazo de envio de documentos habilitatórios/proposta readequada, diante de solicitação do licitante e ou em casos de diligência.

18.20. A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

18.21. Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

18.22. Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dubio ou pouco objetivo, a Ag. de Contratação poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

18.23. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, a Ag. de Contratação HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

19 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

19.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.2 Documentos pessoais dos Sócios;

19.3 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

19.3.1 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

19.3.2 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

19.3.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

19.3.4 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

19.3.5 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou, da consolidação respectiva;

19.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

19.4.1 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

19.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

19.4.3 Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.

19.4.4 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

19.4.5 A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de prova de regularidade, através da apresentação de ***Certidão da dívida ativa do Estado (no caso de ser do Estado de Rondônia, seguir a Instrução Normativa nº 12/2021/GAB/CRE).***

19.4.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.gov.br - Em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.

19.5 REGULARIDADE CADASTRAL:

19.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

19.6 DECLARAÇÕES

19.6.1 Apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO ANEXO IV) contendo o seguinte:

OBS: Sob pena de desclassificação, a declaração deverá conter:

19.6.1.1 Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

19.6.1.2 Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

19.6.1.3 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não empregam menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

19.6.1.4 Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal de Rio Crespo-RO.

19.6.1.5 Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

19.6.1.6 Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;

19.6.1.7 Que Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e parareabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, IV da lei 14.133/2021;

19.6.1.8 Que o(s) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste edital e que a(s) marca(s) e especificação(ões) entregues serão a mesma ofertada na proposta;

19.6.1.9 Que toda documentação anexada à plataforma LICITANET é autêntica.

19.6.1.10 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, IV § 1º da lei 14.133/2021;

19.6.1.11 **QUANDO** Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual: **declarar** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

19.6.1.12 Declara ainda tem ciência da observância dos limites de valor anual de enquadramento conforme art 4º § 2º da lei 14.133/2021.

19.6.1.13 **DA HABILITAÇÃO TÉCNICA (ART. 67, LEI Nº 14.133/2021):**

19.6.1.14 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão: 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, **demonstrando que a Licitante fornece ou forneceu objeto de natureza similar;**

19.6.1.15 O atestado deverá comprovar que a Licitante forneceu o objeto, em quantitativo compatível com o objeto licitado, até a data da abertura da sessão pública da licitação;

19.6.1.16 A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, **caso julgue necessário**, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de fornecimentos (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos



equivalentes;

19.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

19.7.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021), expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

19.7.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

Liquidez Geral (LG) ≥ 1

Liquidez Corrente (LC) ≥ 1

Solvência Geral (SG) ≥ 1

19.7.3 A agente de contratação reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, em curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

19.7.4 A ausência de documentos exigidos poderá implicar inabilitação, ressalvadas as hipóteses de saneamento de falhas formais, complementação de informações e realização de diligências, nos termos da legislação vigente.

19.7.5 Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

20 DOS RECURSOS

20.1 Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo aberto pela Ag. de Contratação, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

20.2 A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a Ag. de Contratação a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

20.3 A Ag. de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

20.4 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

20.5 Os recursos serão dirigidos à Superintendência Municipal de Licitações - SML, por intermédio da Ag. de Contratação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

20.6 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da SML, na Sede do Município de Rio Crespo - RO, no endereço mencionado anteriormente.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



21 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

21.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o MENOR PREÇO apurado, a Ag. de Contratação declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES ADJUDICANDO-O.

21.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

21.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Ag. de Contratação sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

21.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

21.5 Quando houver recurso e a Ag. de Contratação mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Ag. de Contratação.

21.6 Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

22 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

22.1 Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

22.2 O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

22.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato implicará decadência do direito à contratação e aplicação das sanções previstas neste Edital.

22.4 A contratação decorrente deste certame será formalizada por meio de contrato administrativo, nos termos da legislação vigente.

22.5 A execução contratual observará as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

23. DAS FICHAS ORÇAMENTÁRIAS

Nota de Reserva Orçamentária nº 1269 **Data: 11/05/2026**

Ficha: 269 **Processo 390/2026**

Nº:

Unidade: 020601 - Secretaria de Agricultura - SEMAGRI

Funcional: 20.608.0002.2026.0000

Cat. Econômica: 4.4.90.52.00 - DESPESAS DE CAPITAL

Código de Aplicação: 002.022 - Emenda Par. Estadual Laerte Gomes

Fonte de Recurso: 1.701.3210 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados

Fonte STN: 1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados
(Exerc. Corrente)

Nota de Reserva Orçamentária nº 1270

Data: 11/05/2026



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Ficha:	270	Processo Nº: 390/2026
Unidade:	020601 - Secretaria de Agricultura - SEMAGRI	
Funcional:	20.608.0002.2026.0000	
Cat. Econômica:	4.4.90.52.00 - DESPESAS DE CAPITAL	
Código de Aplicação:	002.022 - Emenda Par. Estadual Laerte Gomes	
Fonte de Recurso:	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos	
Fonte STN:	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	

24 DO PAGAMENTO

24.1 O pagamento das notas fiscais se dará conforme ordem cronológica, não ultrapassando 30 dias, contando a partir do recebimento do produto/serviço, conforme previsto na lei e na Minuta de Contrato.

25 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 Nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicar a Contratada inadimplente as seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa, sobre o valor contratado, no seguinte percentual:

§ 1º 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor contratado, no caso de atraso na entrega do objeto do contrato ou na substituição de bens ou serviços, ou ainda, por ocorrência de descumprimento contratual, limitado a 20% (vinte por cento) a ser calculado sobre o valor dos objetos não entregues;

III. Suspensão temporária em participar de licitação e contratar com Administração, aplicados conforme a seguinte gradação das faltas cometidas:

§ 1º Gravíssima: 05 (cinco) anos, mais declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública. Compreende os casos de crime na execução do contrato, inexecução total e a recusa em assinar o contrato;

§ 2º Grave: 04 (quatro) anos. Compreende os casos de retardamento da execução do objeto com prejuízo à Administração;

§ 3º Leve: 03 (três) anos. Retardamento da execução do objeto, sem prejuízo à Administração;

§ 4º Às demais ocorrências, que não previstas nas alíneas anteriores, será aplicada a suspensão por prazo diretamente proporcional ao percentual da inexecução. Exemplo: Inexecução Parcial de 20% do contrato = 1 ano; Inexecução Parcial de 40% = 2 anos.

a) Pelo descumprimento total ou parcial do contrato pela Contratada, a Administração poderá rescindir o contrato, anular o empenho e/ou aplicar multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

b) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;

c) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da lei;

d) Não se aplica a multa referida no inciso II em casos fortuitos ou de força maior, condicionando a contratada a apresentar justificativa por escrito, até 24(vinte e quatro) horas antes do término do prazo para a entrega dos objetos, porém, na hipótese da não aceitação da justificativa



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à contratada;

e) As penalidades previstas nesse tópico não excluem outras decorrentes da Lei nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021.

f) Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no 14.133, de 01 de abril de 2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

25.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;**

b) Impedimento de licitar e de contratar com o MUNICIPIO DE RIO CRESPO, pelo prazo de até cinco anos;

c) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

25.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

25.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.5 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25.6 Sem prejuízo das sanções já previamente citadas, será considerado ainda o estabelecido no Termo de Referência.

26 DAS CONDIÇÕES GERAIS

26.1 A Administração Pública se reserva no direito de:

26.2 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

26.2.1 Revogar, **se for considerada inoportuna, por interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.

26.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

26.4 A agente de contratação ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

26.5 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.6 Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas na lei 14.133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pela Ag. de Contratação.

26.7 O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado dos sistemas de cadastramento de fornecedores.

26.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

26.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

26.10 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

26.11 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.12 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

26.13 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

26.14 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

26.15 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

26.16 Fica assegurada a unidade requisitante, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



26.17 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

26.18 Aos **Casos Omissos**, serão solucionados diretamente pela Ag. de Contratação ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 e Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

26.19 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração;

26.20 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.licitanet.com.br e alternativamente no site www.riocrespo.ro.gov.br.

26.21 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

26.22 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo EMAIL e na **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML**.

26.23 A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

26.24 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

26.25 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

26.26 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3539-2017/203, ou na sede Prefeitura de Rio Crespo /RO.

26.27 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

26.28 A sessão pública poderá ser reaberta:

- ✓ Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- ✓ Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato:
- ✓ não cumprir as exigências contratuais;
- ✓ não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006; e
- ✓ Obs: Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



encerramento da etapa de lances.

- ✓ solicitar deistência do ITEM após assinatura do contrato.
- ✓ O setor demandante solicitará ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos a reabertura da sessão dês de que justificadamente.
- ✓ Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

26.29 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, ou ainda podendo ser via publicação no Diário Oficial Municipal.

27 – ANEXOS

27.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE (SE NECESSÁRIO);

ANEXO V: MINUTA DE ATA DE CONTRATO;

Rio Crespo, 10 de junho de 2026.

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 390/2026

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 390/2026

CONVÊNIO Nº 652/2025/PGE-SEAGRI.

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI)

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as diretrizes, especificações técnicas e condições necessárias para a contratação pretendida pela Administração Pública Municipal, no âmbito do **Processo Administrativo nº 390/2026**, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Orçamentária Anual vigente do Município e demais normativos aplicáveis.

Este documento foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico Preliminar, instrumento que evidenciou a necessidade da contratação, analisou as soluções disponíveis no mercado e concluiu pela viabilidade técnica, operacional e econômica da solução escolhida, garantindo o adequado atendimento ao interesse público.

A presente contratação insere-se no contexto das ações institucionais da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, observando as diretrizes estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, visando o fortalecimento das atividades produtivas rurais, por meio da disponibilização de equipamentos adequados que contribuam para o aumento da eficiência dos serviços prestados aos produtores rurais.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



Adicionalmente, destaca-se que a demanda encontra-se vinculada ao Convênio nº 652/2025/ PGE-SEAGRI, devendo sua execução observar rigorosamente as condições pactuadas, os princípios da boa governança e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Por fim, o presente Termo de Referência constitui peça fundamental para a instrução do processo licitatório, assegurando transparência, competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública..

2. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas, novos, sem uso, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

A contratação visa atender às necessidades operacionais da Administração Pública no apoio às atividades produtivas do setor rural, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Plano de Trabalho vinculado ao Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI.

Os bens a serem adquiridos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas a serem detalhadas neste Termo de Referência, observando padrões de qualidade, desempenho, durabilidade e adequação ao uso pretendido, de modo a assegurar a efetividade da política pública a que se destinam.

A presente contratação será processada mediante procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente, adotando-se o critério de julgamento mais vantajoso para a Administração Pública, conforme definido neste instrumento.





3. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

Os itens a serem adquiridos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas abaixo descritas, sendo vedada a oferta de produtos que não atendam integralmente às características mínimas exigidas, sob pena de desclassificação da proposta.

As especificações foram definidas com base no Estudo Técnico Preliminar, considerando as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura, bem como os padrões de mercado, de forma a garantir a aquisição de bens adequados, duráveis e eficientes.

3.1. Relação de Itens

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR	TOTAL
01	Colheitadeira de area total nova para trator,	01	R\$96.310,00	R\$96.310,00
02	Carreta agricola	01	R\$31.939,03	R\$31.939,03
03	Grade Aradora nova	01	R\$41.379,73	R\$41.379,73

3.2. Requisitos Gerais dos Itens

Todos os equipamentos deverão:

- I – Ser novos, sem uso, e de primeiro fornecimento;
- II – Atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis e, na ausência destas, às normas internacionais reconhecidas;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



- III – Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo;
- IV – Estar acompanhados de manuais de operação e manutenção em língua portuguesa;
- V – Apresentar padrão de qualidade e desempenho compatível com as exigências do mercado;
- VI – Ser entregues com todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento;
- VII – Possuir assistência técnica autorizada no território nacional;
- VIII – Atender aos requisitos de segurança operacional.

3.3. Padronização e Qualidade

A especificação dos itens foi elaborada de forma a não restringir a competitividade, evitando indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, salvo quando tecnicamente justificado, nos termos da legislação vigente.

Os bens ofertados deverão apresentar desempenho e qualidade equivalentes ou superiores aos parâmetros estabelecidos, sendo admitidas variações desde que não comprometam a finalidade do objeto.

4.4. Critérios de Aceitação

Os itens serão aceitos somente se:

- Estiverem em conformidade com as especificações técnicas;
- Não apresentarem vícios, defeitos ou avarias;
- Atenderem às exigências de funcionamento e desempenho;





- Forem aprovados na inspeção técnica realizada pela Administração.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, voltadas ao apoio e incentivo à produção rural no âmbito do Município de Rio Crespo/RO.

O setor agrícola constitui importante base econômica local, sendo fundamental a adoção de medidas que promovam o aumento da produtividade, a melhoria das condições de trabalho no campo e a ampliação da capacidade operacional da Administração Pública no atendimento aos produtores rurais.

Nesse contexto, a aquisição de implementos agrícolas mostra-se essencial para viabilizar a mecanização das atividades produtivas, reduzindo a dependência de métodos manuais, aumentando a eficiência na execução dos serviços e contribuindo para melhores resultados na produção agropecuária.

Conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, a demanda apresentada encontra respaldo técnico, tendo sido analisadas alternativas disponíveis no mercado, sendo a solução de aquisição dos equipamentos considerada a mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, demonstrando-se, portanto, viável e necessária à satisfação do interesse público.

Adicionalmente, a contratação encontra-se vinculada ao Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI, o qual prevê a disponibilização de recursos para a aquisição dos referidos equipamentos, reforçando a necessidade de observância às condições pactuadas e à correta aplicação dos recursos públicos.

Destaca-se, ainda, que a não realização da contratação poderá comprometer a execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



rural, impactando negativamente a produtividade agrícola, a geração de renda e a qualidade de vida dos produtores atendidos.

Dessa forma, resta devidamente caracterizado o interesse público na contratação pretendida, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos na legislação vigente.

5. DA APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DA AMPLA CONCORRÊNCIA

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de equipamentos agrícolas especializados, destinados à execução do Convênio nº 652/2026/PGE-SEAGRI;

Considerando a necessidade de ampliar a competitividade do certame, assegurar maior participação de fornecedores e viabilizar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando que o mercado fornecedor do objeto é composto, em sua maioria, por fabricantes, concessionárias e revendedores especializados, não sendo possível assegurar, de forma inequívoca, a existência de número mínimo de microempresas e empresas de pequeno porte aptas a atender integralmente às exigências técnicas estabelecidas;

Considerando o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que autoriza a não aplicação exclusiva dos benefícios previstos nos arts. 47 e 48 quando não houver competitividade suficiente;

Fica justificada a realização do presente procedimento licitatório em regime de ampla concorrência.

Ressalta-se, contudo, que serão integralmente assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os benefícios legalmente previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no que se refere:





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



- I – à possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia, nos termos da legislação vigente;
- II – ao direito de preferência em caso de empate ficto, conforme critérios estabelecidos em lei;
- III – aos demais tratamentos favorecidos aplicáveis, desde que compatíveis com a natureza do objeto.

Dessa forma, concilia-se a ampliação da competitividade do certame com a observância do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, garantindo-se o interesse público, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na aquisição de implementos agrícolas novos, devidamente especificados e compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura, destinados ao apoio às atividades produtivas desenvolvidas no âmbito rural do Município de Rio Crespo/RO.

A escolha pela aquisição direta dos equipamentos, em detrimento de outras alternativas como locação ou compartilhamento, fundamenta-se nas conclusões do Estudo Técnico Preliminar, o qual demonstrou que a solução apresenta maior vantajosidade sob os aspectos econômico, operacional e de continuidade dos serviços públicos, garantindo maior autonomia administrativa e disponibilidade permanente dos bens.

Os equipamentos a serem adquiridos deverão possuir características técnicas adequadas ao tipo de atividade a que se destinam, observando critérios de qualidade, durabilidade, eficiência e segurança, além de estarem em conformidade com as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



A solução contempla, ainda, a entrega dos bens em perfeitas condições de uso, acompanhados de manuais técnicos, certificados de garantia e demais acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, assegurando a correta utilização e manutenção dos equipamentos.

6,1.Melhor demonstrar os itens de escolha:

- **COLHEITADEIRA DE AREA TOTAL NOVA PARA TRATOR, DIVERSAS CULTURAS** - com as seguintes características: potência de 65 a 90cv. rotação na tomada de força 540rpm. com as funções de corte, picagem, recolhimento e descarga. capacidade de produção, máxima 35ton/h. fixação por três pontos ao trator. atendendo às normas de segurança como por exemplo a NBR ISO 4254-7 e nr-12. afiador das facas do rotor. contra faca do rotor fixa com ao menos duas vidas. tombador para facilitar a colheita em variadas culturas espaçamento de abertura com corte em linhas de 45 a 80cm ou quando plantado em lanço, de 1 metro, regulagem de tamanho de corte de no mínimo 24 tamanhos de picado, podendo variar de 2 a 36mm. sistema de quebra grãos. recolhimento e descarga: 04 rolos internos sendo ao menos 2 rolos reco.



Imagem ilustrativa

- **CARRETA AGRICOLA METÁLICA BASCULANTE NOVA**- com as seguintes especificações: sistema hidráulico equipado com um pistão; cilindro hidráulico para basculamento por comando hidráulico de dupla função do trator; capacidade de carga de no mínimo 5 toneladas, caçamba com volume de no mínimo 5 m³, equipado com 4 rodas de no

Rua Joaquim Pedro Sobrinho, 1160 - Centro - CEP. 76.863-000 – Rio Crespo - RO
CNPJ/MF: 63.761.977/0001-41 - 69-3539-2017 – E-mail: sec.agricultura@riocrespo.ro.gov.br
Portal Transparência: www.riocrespo.ro.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



mínimo 16 polegadas e pneus novos medida 750/16 com no mínimo 14 lonas, tampa traseira basculante automática. garantia mínima exigida de 1 (um) ano.



Imagem ilustrativa

- **GRADE ARADORA NOVA**-com controle remoto, largura arada: mínima 1400mm, tipo mancais: lubrificado a óleo, sistema de transporte :roda/acionadas pistão Hidráulico, pneus novos medida 750/16 com no mínimo 14 lonas recortado 14x26x6, quantidade discos: mínimo 14, diâmetro disco: 26 pol, espaçamento entre disco 230mm, garantia mínima de 1 ano.



Foto ilustrativa

Adicionalmente, deverá ser garantida assistência técnica, bem como suporte durante o período de garantia, de forma a assegurar a continuidade da operação e a mitigação de riscos relacionados a eventuais falhas ou defeitos.

A forma de execução da contratação dar-se-á por meio de procedimento licitatório, com fornecimento integral dos bens, não sendo admitido fornecimento parcial, salvo nos casos devidamente justificados e aceitos pela Administração.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada para o atendimento da necessidade pública identificada, assegurando eficiência na aplicação dos recursos e contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais da Administração Municipal.

7. ESTIMATIVA DE VALOR

A estimativa de valor da contratação será apurada com base em pesquisa de preços realizada nos termos da legislação vigente, especialmente conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentações aplicáveis.

A pesquisa de preços deverá observar critérios técnicos e metodológicos adequados, contemplando, sempre que possível, a utilização de múltiplas fontes, tais como contratações similares realizadas por outros entes públicos, fornecedores do ramo e demais meios idôneos, de forma a garantir a obtenção de valores compatíveis com os praticados no mercado.

Para a formação do preço estimado, deverão ser considerados os custos diretos e indiretos relacionados ao objeto da contratação, incluindo tributos, encargos, transporte, garantia e demais despesas necessárias ao pleno atendimento da demanda.

O valor estimado da contratação será consolidado em planilha de custos, devidamente justificada e juntada aos autos do processo administrativo, servindo como parâmetro para análise das propostas apresentadas no certame.

A Administração deverá assegurar que a estimativa de preços reflita a realidade de mercado, evitando sobrepreço ou inexequibilidade, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



O valor estimado poderá ser sigiloso, nos termos da legislação vigente, quando devidamente justificado, com o objetivo de preservar a competitividade do certame.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA

O prazo de vigência da contratação será de 12 (Doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, desde que devidamente justificado e demonstrado o interesse da Administração Pública.

O prazo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada, devendo os equipamentos ser entregues de forma integral, em perfeitas condições de uso e funcionamento.

A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, em dias úteis e em horário previamente agendado com o setor competente.

Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, e, posteriormente, recebidos definitivamente após a conferência técnica e funcional, no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou inconformidades nos bens fornecidos, a contratada deverá proceder à substituição no prazo a ser definido pela Administração, sem ônus adicional, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual.





9. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Das Obrigações da Contratada

Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual:

I – Fornecer os bens objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada;

II – Entregar os equipamentos novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais, certificados de garantia e demais itens necessários ao seu pleno uso;

III – Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, responsabilizando-se por eventuais atrasos, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

IV – Responsabilizar-se pela qualidade dos bens fornecidos, promovendo, às suas expensas, a substituição de qualquer item que apresente defeito, vício ou inconformidade com as especificações exigidas;

V – Prestar assistência técnica durante o período de garantia, assegurando suporte adequado e tempestivo para manutenção e eventuais reparos;

VI – Arcar com todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, inclusive transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais;

VII – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



VIII – Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

IX – Atender prontamente às solicitações da Administração, prestando esclarecimentos e informações sempre que requisitado.

9.2. Das Obrigações da Contratante

Constituem obrigações da Contratante:

I – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes deste instrumento;

III – Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído ou corrigido;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão designada;

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato;

VI – Aplicar as sanções administrativas, quando cabíveis, em caso de descumprimento das obrigações contratuais;

VII – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários à execução do objeto.

9.3. Dos Direitos das Partes

Constituem direitos da Contratada:

Rua Joaquim Pedro Sobrinho, 1160 - Centro - CEP. 76.863-000 – Rio Crespo - RO
CNPJ/MF: 63.761.977/0001-41 - 69-3539-2017 – E-mail: sec.agricultura@riocrespo.ro.gov.br
Portal Transparência: www.riocrespo.ro.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



I – Receber o pagamento ajustado, na forma e prazo estabelecidos, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais;

II – Solicitar reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovadas as hipóteses legais;

III – Obter da Administração as informações necessárias à adequada execução do objeto.

Constituem direitos da Contratante:

I – Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Contratada;

II – Receber o objeto em conformidade com as especificações estabelecidas;

III – Rejeitar, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

IV – Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato em caso de inadimplemento.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob o regime de fornecimento integral, mediante contratação de empresa especializada para o fornecimento dos implementos agrícolas, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual, precedida de regular procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

A execução compreenderá as seguintes etapas:





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



- I – Emissão da Ordem de Fornecimento pela Administração, após a formalização do contrato;
- II – Fornecimento e entrega dos bens pela Contratada, no prazo estabelecido, no local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura;
- III – Recebimento provisório dos bens, para verificação inicial quanto à conformidade com as especificações contratuais;
- IV – Realização de inspeção técnica e funcional dos equipamentos, com vistas à verificação de sua adequação, qualidade e pleno funcionamento;
- V – Recebimento definitivo, após a constatação do atendimento integral às exigências estabelecidas;
- VI – Início da contagem do prazo de garantia, a partir do recebimento definitivo dos bens.

A execução do objeto deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidas, sendo vedada qualquer alteração sem prévia e expressa autorização da Administração.

A Contratada será integralmente responsável pelo transporte, carga, descarga e entrega dos bens, devendo garantir que os equipamentos sejam entregues em perfeitas condições de uso, sem avarias ou danos.

A Administração designará servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas, bem como atestar o recebimento dos bens.

Eventuais inconformidades deverão ser registradas e comunicadas à Contratada, que deverá adotar as medidas corretivas necessárias no prazo





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O modelo de execução adotado visa assegurar a eficiência, a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos, garantindo que o objeto contratado atenda plenamente às necessidades que motivaram a contratação.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato decorrente deste Termo de Referência serão realizadas em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, eficiência, transparência e controle.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, a quem competirá o monitoramento sistemático do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

Para fins de gestão contratual, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I – Designação de gestor e fiscal do contrato, mediante ato formal, com atribuições distintas e complementares, sendo o gestor responsável pela coordenação geral e o fiscal pela verificação da execução do objeto;
- II – Registro de todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais falhas, atrasos ou inconformidades, em instrumento próprio;
- III – Acompanhamento dos prazos de entrega, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
- IV – Verificação da conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



V – Atesto do recebimento provisório e definitivo, após a devida conferência técnica e funcional dos equipamentos;

VI – Comunicação formal à Contratada acerca de quaisquer irregularidades constatadas, fixando prazo para correção;

VII – Aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis, em caso de descumprimento contratual, observando o contraditório e a ampla defesa;

VIII – Controle do prazo de garantia dos bens, assegurando a adequada prestação de assistência técnica pela Contratada;

IX – Manutenção de arquivo completo e organizado contendo todos os documentos relacionados à execução do contrato, garantindo a rastreabilidade e a transparência dos atos praticados.

A gestão do contrato deverá assegurar que a execução do objeto ocorra conforme planejado, com observância aos parâmetros de qualidade, prazos e custos, de modo a garantir a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público.

O gestor do contrato deverá, ainda, adotar medidas preventivas para mitigação de riscos, bem como propor melhorias na execução contratual, sempre que necessário, visando maior eficiência e efetividade na entrega dos resultados.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), prevista no orçamento vigente do Município de Rio Crespo/RO, conforme classificação abaixo:

20.608.0002.2026.0000 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA –
Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Os recursos financeiros são oriundos do Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI, firmado com o Estado de Rondônia, devidamente vinculados à finalidade de fortalecimento da agricultura familiar. E aprovado na lei municipal 1308/2026

13. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à Contratada após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a entrega dos bens em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias, contados a partir da data do atesto da nota fiscal e entrega do bem, desde que não haja pendências quanto à execução do objeto ou à documentação apresentada.

A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, contendo a descrição detalhada dos bens fornecidos, os valores unitários e totais, bem como a indicação do número do contrato e do respectivo processo administrativo.

Para fins de pagamento, a Contratada deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, mediante a apresentação das certidões exigidas na legislação vigente, especialmente aquelas relativas à regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e às Fazendas Públicas.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, iniciando-se nova contagem a partir da regularização.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela Contratada, vedada a antecipação de pagamento, salvo nas hipóteses previstas em lei.

Eventuais atrasos no pagamento, desde que não decorrentes de culpa da Contratada, poderão ensejar a atualização monetária do valor devido, nos termos da legislação aplicável.

14. DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação da Contratada, utilizando-se índice oficial previamente definido no instrumento convocatório, que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado.

O reajuste deverá ser formalizado por meio de termo aditivo, sendo obrigatória a demonstração analítica da variação dos custos que justifique a sua aplicação, observando-se, ainda, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Não será concedido reajuste antes de decorrido o prazo mínimo legal, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas em lei, devidamente comprovadas e justificadas.

Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da data de sua solicitação, desde que devidamente protocolada e instruída, não sendo admitida a aplicação retroativa, salvo disposição legal em contrário.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como pelo descumprimento de quaisquer condições previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, a Contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível.

As sanções poderão ser aplicadas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e consistem em:

- I – Advertência, quando verificada irregularidade de menor gravidade, que não acarrete prejuízos significativos à Administração;
- II – Multa, a ser aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do objeto ou de descumprimento contratual, podendo ser fixada em percentual sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, conforme definido no instrumento convocatório;
- III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos previstos em lei;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, nos termos da legislação vigente.

A aplicação das sanções observará a gravidade da infração cometida, os danos causados à Administração, a vantagem auferida pela Contratada, bem como a reincidência, quando houver.

A multa aplicada deverá ser recolhida no prazo estipulado pela Administração, podendo ser descontada dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente, quando necessário.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, observadas as disposições legais.

O processo de aplicação de sanções deverá ser formalmente instruído, garantindo-se à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

16.CONDIÇÕES DE ENTREGA

A entrega dos bens deverá ser realizada pela Contratada em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

Os equipamentos deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente acondicionados, acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, bem como de manuais técnicos, certificados de garantia e demais documentos pertinentes.

A entrega ocorrerá no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, em dias úteis e horário previamente agendado com o setor responsável, sendo de inteira responsabilidade da Contratada os custos com transporte, carga, descarga e quaisquer outros encargos logísticos.

Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, para verificação inicial quanto à integridade física e conformidade com o objeto contratado.

O recebimento definitivo será realizado após a conferência técnica e funcional dos equipamentos, no prazo máximo a ser definido pela Administração, ocasião em que será verificado o atendimento integral às especificações exigidas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



Caso sejam constatadas avarias, defeitos, divergências ou qualquer inconformidade, a Contratada deverá promover, às suas expensas, a substituição ou correção dos itens no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Não será admitida a entrega parcial do objeto, salvo mediante justificativa formal da Contratada e prévia autorização da Administração.

A Contratada deverá garantir que os bens sejam entregues em perfeitas condições de uso, sendo responsável por quaisquer danos ocorridos durante o transporte até o local de entrega.

O descumprimento das condições estabelecidas implicará na recusa do objeto, total ou parcial, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação e no contrato.

17. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste Termo de Referência serão dirimidos pela Administração Pública, com fundamento na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios que regem a Administração Pública.

Na ausência de disposição específica, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas de direito administrativo e, supletivamente, os princípios gerais de direito, resguardando-se, em qualquer hipótese, o interesse público.

Eventuais lacunas deverão ser interpretadas de forma a assegurar a continuidade da execução contratual, a eficiência da contratação e a adequada aplicação dos recursos públicos, sempre em conformidade com os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica.

18. DA PUBLICAÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



A publicidade dos atos decorrentes da presente contratação será assegurada em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a transparência e o controle social dos atos da Administração Pública.

O extrato do instrumento contratual será publicado nos meios oficiais de divulgação do Município de Rio Crespo/RO, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando aplicável, no prazo legal estabelecido.

Adicionalmente, todos os atos pertinentes ao processo licitatório e à execução contratual deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência do Município, assegurando amplo acesso às informações por parte dos órgãos de controle e da sociedade.

A ausência de publicação dos atos exigidos poderá comprometer a eficácia do contrato, nos termos da legislação vigente.

19. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste Termo de Referência e do contrato dele decorrente, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência foi elaborado com base nos elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que instruem o processo administrativo, observando-se os princípios que regem a Administração Pública e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Este instrumento tem por finalidade assegurar a adequada caracterização do objeto, a definição clara das condições de execução e a transparência dos





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



critérios adotados, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e às diretrizes estabelecidas no âmbito do Convênio nº 652/2026.

Por fim, ressalta-se que a execução contratual deverá observar rigorosamente as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação vigente, garantindo a eficiência, a economicidade e a correta aplicação dos recursos públicos.

Rio Crespo/RO 01 de JUNHO 2026

Elaborado por:

QUENILSI LUIZ SANTOS

Superintendente de agricultura

Revisado e Autorizado por:

ATAIDE JOSÉ NORBERTO

Secretário Municipal de Agricultura





Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	RETIFICADO	01/06/2026

ID: **168166**

CRC: **F5C943F9**

Processo: **3-390/2026**

Usuário: **QUENILSI LUIZ SANTOS**

Criação: **01/06/2026 13:26:01** Finalização: **01/06/2026 13:26:57**

Processo



Documento



MD5: **68178FBCA45C3458F0AFE888A34AB289**

SHA256: **3924E9F7776BAAF662241EDBCCE71F4CDC3702A42C73A423868A3AC8B24CAACB**

Súmula/Objeto:

TERMO DE REFERENCIA RETIFICADO

INTERESSADOS

ATAIDE JOSE NORBERTO

01/06/2026 13:26:01

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

01/06/2026 13:26:01

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 168166 e o CRC F5C943F9.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Departamento de Compras, Licitações e
Contratos"



ANEXO II PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 390/2026

MODELO PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNID	QUANT	TOTAL

Os valores unitários e total da proposta deverão ser preenchidos preferencialmente em algarismo e por extenso, para cada item cotado.

Valor Total da proposta por extenso: _____

Prazo de validade da proposta: _____

DECLARO que nos preços ora propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta.

- **INCLUIR DEMAIS DECLARAÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA**

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Telefones: _____
E-mail: _____
E-mail (para recebimento de empenho e pedidos): _____
Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____
Nome do representante legal para assinatura do contrato: _____
CPF: _____
RG: _____
Domicílio e cargo na empresa _____
Profissão: _____
Local/Data: _____

Assinatura do Representante



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



ANEXO III PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 390/2026

Modelo de declaração UNIFICADA:

ME ou EPP; Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (conforme Lei nº. 14.133/21); não emprega menor e Inexistência do Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo). Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

- Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06.
- Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- Declaramos para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaração de que os proprietários, sócios e gerentes das empresas participantes não são servidores públicos.

A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21

(Local e Data)

(Responsável legal e assinatura)



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



ANEXO IV PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 390/2026

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

À

Prefeitura Municipal de Rio Crespo

Ref.: Pregão Eletrônico nº 008/2026

Processo Administrativo nº 390/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que:

✓ A proposta apresentada para participação no Pregão Eletrônico nº 008/2026, referente ao Processo Administrativo nº 390/2026, é plenamente exequível, compatível com os custos de mercado e suficiente para a adequada execução do objeto licitado;

✓ Possui condições técnicas, operacionais e financeiras para o fornecimento dos implementos agrícolas objeto da licitação, conforme especificações constantes no Termo de Referência;

✓ O valor ofertado contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, transporte, frete, seguros, garantia, assistência técnica, entrega técnica, instalação (quando aplicável) e demais despesas inerentes ao fornecimento;

✓ Não existem quaisquer impedimentos legais, técnicos, operacionais ou financeiros que comprometam a execução do objeto da presente licitação;

✓ Tem pleno conhecimento das exigências constantes no Edital e seus anexos, comprometendo-se a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas.

Declara, ainda, estar ciente de que a apresentação de proposta inexecutável, falsa declaração ou o não cumprimento das condições assumidas poderá ensejar a desclassificação da proposta e aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Local e Data

Nome do Representante Legal

Assinatura do Representante Legal

Cargo/Função



MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº_/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 390/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº000/2026

O MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 63.761.977/0001-41, com sede na Av. Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Centro, Rio Crespo/RO, CEP 76.863-000, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – SEMAGRI, neste ato representado por sua autoridade competente, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede em _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 390/2026 e ao Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas novos, sem uso, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do processo administrativo.

1.2. Integram o objeto contratual os seguintes itens:

- I – 01 (uma) Colheitadeira de área total nova para trator;
- II – 01 (uma) Carreta agrícola metálica basculante nova;
- III – 01 (uma) Grade aradora nova.

1.3. Os equipamentos deverão ser entregues novos, sem uso, acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, manuais técnicos em língua portuguesa e certificados de garantia.

1.4. O fornecimento compreenderá, sem ônus adicional para a Administração, entrega única e integral, incluindo transporte até o local indicado pela Administração, montagem, instalação completa, realização de testes operacionais e treinamento básico dos operadores, nos termos do Termo de Referência.

1.5. Vinculam-se a este contrato, independentemente de transcrição:

- I – O Edital do Pregão Eletrônico;
- II – O Termo de Referência;
- III – A proposta vencedora;





IV – O Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI;

V – Os demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 390/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente contratação rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 101/2000, pelo CONVÊNIO Nº 652/2025/PGE-SEAGRI., pelo respectivo Plano de Trabalho, pela Lei Orçamentária Anual do Município nº 1.316/2026, pelo edital do certame e pelas demais normas aplicáveis.

2.2. A modalidade adotada é o pregão eletrônico, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, com critério de julgamento de menor preço, nos termos da legislação aplicável.

2.3. O presente contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O regime de execução será o de fornecimento integral, em entrega única, observadas as especificações técnicas, quantitativos, condições de transporte, montagem, instalação, testes operacionais e treinamento previstos no Termo de Referência e na proposta vencedora.

3.2. Os equipamentos deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios, manuais e itens necessários ao seu pleno funcionamento.

3.3. A CONTRATADA será responsável por todas as providências necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive transporte, carga, descarga, montagem, instalação, testes e treinamento, sem cobrança adicional.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

4.2. O prazo de execução observará o cronograma definido pela Administração e as condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência, devendo a entrega, montagem,





instalação, testes operacionais e treinamento serem concluídos dentro da vigência contratual.

CLÁUSULA QUINTA DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O valor global do presente contrato é de R\$ 000.000,00 (-----).

5.2. No preço contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive transporte, carga, descarga, montagem, instalação, testes operacionais, treinamento, tributos, seguros, fretes, embalagens e demais encargos incidentes.

5.3. O pagamento será efetuado em parcela única, somente após o recebimento definitivo do objeto, devidamente entregue, instalado, testado e em pleno funcionamento, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

5.4. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal/fatura devidamente atestada, relatório de entrega, montagem, instalação e testes operacionais, bem como a documentação exigida no edital e na legislação aplicável.

5.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação da documentação completa e do atesto do recebimento definitivo.

CLÁUSULA SEXTA DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA REPACTUAÇÃO

6.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual, ressalvadas as hipóteses legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

6.2. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação do fato superveniente e de seu impacto efetivo sobre os custos da contratação.

6.3. Não se aplica repactuação ao presente contrato, por não se tratar de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), prevista no orçamento vigente do Município de Rio Crespo/RO, conforme classificação abaixo: 20.608.0002.2026.0000 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – Convênio nº





652/2025/PGE-SEAGRI 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

7.2. Os recursos financeiros são oriundos do Convênio nº 652/2025/PGESEAGRI, firmado com o Estado de Rondônia, devidamente vinculados à finalidade de fortalecimento da agricultura familiar. E aprovado na lei municipal 1308/2026.

CLÁUSULA OITAVA DAS GARANTIAS

8.1. Não será exigida garantia contratual, salvo disposição diversa expressamente prevista no edital e no termo de referencia ou em ato superveniente devidamente motivado.

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I – emitir a ordem de fornecimento e indicar o local de entrega;
- II – proporcionar as condições adequadas para recebimento, montagem, instalação e testes;
- III – designar gestor e fiscal do contrato;
- IV – acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual;
- V – receber provisória e definitivamente o objeto, quando atendidas as exigências contratuais;
- VI – efetuar o pagamento na forma e prazo pactuados;
- VII – comunicar formalmente à CONTRATADA as irregularidades verificadas;
- VIII – adotar as providências administrativas cabíveis em caso de inadimplemento;
- IX – zelar pela adequada utilização, guarda e conservação dos equipamentos após o recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I – fornecer os equipamentos nas especificações, quantidades, marcas, modelos e padrões de qualidade exigidos no edital e na proposta vencedora;
- II – entregar os bens novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento;
- III – realizar, sem ônus adicional, o transporte, a carga, a descarga, a montagem, a instalação, os testes operacionais e o treinamento básico dos operadores;
- IV – fornecer manuais, acessórios e demais itens necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos;
- V – substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os bens entregues com vícios, defeitos, avarias ou desconformidades;
- VI – manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;





- VII – responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual;
- VIII – observar as determinações do fiscal e do gestor do contrato;
- IX – apresentar a documentação necessária à liquidação e ao pagamento;
- X – cumprir as exigências legais de reserva de cargos, quando aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pelo CONTRATANTE, na qualidade de fiscal do contrato, bem como por gestor do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Compete ao fiscal do contrato verificar a conformidade dos equipamentos entregues, a montagem, a instalação, os testes operacionais, o treinamento, a documentação apresentada e o atendimento das especificações técnicas previstas no edital e no termo de referência.

11.3. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O recebimento do objeto ocorrerá em duas fases: I – recebimento provisório, no ato da entrega, com verificação preliminar; II – recebimento definitivo, após a conferência detalhada, montagem, instalação, testes operacionais e verificação do pleno funcionamento dos equipamentos.

12.2. O recebimento definitivo somente ocorrerá após o atesto do fiscal do contrato de que o objeto foi entregue em conformidade com as especificações técnicas e contratuais.

12.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, hipótese em que a CONTRATADA deverá promover a correção ou substituição no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

13.2. As sanções serão aplicadas observando-se os princípios da proporcionalidade,





razoabilidade e devido processo legal, assegurando-se à CONTRATADA o prazo legal para apresentação de defesa, quando cabível.

13.3. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas de valores devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes, ou por decisão judicial ou arbitral, quando admitida.

14.2. Constituem motivos para extinção contratual, entre outros, o inadimplemento das obrigações assumidas, a entrega de bens em desconformidade com as especificações, o descumprimento dos prazos de execução, a recusa injustificada em realizar montagem, instalação, testes operacionais ou treinamento, e as demais hipóteses legais e editalícias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal, demonstração do interesse público e observância dos limites legais.

15.2. Eventuais alterações deverão preservar a compatibilidade com o objeto licitado, com o plano de trabalho do convênio e com a vantajosidade da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS RESPONSABILIDADES

16.1. A CONTRATADA responde civil, administrativa e, quando cabível, penalmente, pela execução do objeto, pela qualidade dos equipamentos fornecidos e pelos danos causados à Administração ou a terceiros.

16.2. A CONTRATADA responderá pela integridade dos equipamentos até o recebimento definitivo, sendo responsável por quaisquer danos, avarias ou perdas ocorridos nesse período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA GESTÃO DE RISCOS

17.1. Consideram-se riscos relevantes da contratação: atraso na entrega, falha na montagem ou instalação, incompatibilidade técnica dos equipamentos, ausência de testes operacionais, falhas no treinamento e desconformidade com as exigências do convênio e do





termo de referência.

17.2. Para mitigação desses riscos, serão adotados os seguintes mecanismos de controle: ordem formal de fornecimento, conferência técnica no recebimento provisório, acompanhamento da montagem e instalação, exigência de relatório de testes, emissão de termo de recebimento definitivo e registro formal de ocorrências pelo fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

18.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais eventualmente tratados em razão deste contrato.

18.2. A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais na medida estritamente necessária à execução do objeto contratual, vedada sua utilização para finalidade diversa da contratada.

18.3. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução contratual, responsabilizando-se por seus empregados, prepostos e colaboradores.

18.4. Na hipótese de incidente de segurança envolvendo dados pessoais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE, fornecendo todas as informações necessárias à adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA

19.1. O presente contrato e seus eventuais aditamentos serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial, sendo a publicação condição indispensável para sua eficácia.

19.2. A minuta do contrato deverá integrar o edital como anexo, em observância à Lei nº 14.133/2021 e ao princípio da transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato.





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Lei de Criação N.º 376/1992 - 13/02/92".
"Secretaria Municipal de Gestão Pública e Planejamento"
"Departamento de Compras, Licitações e Contratos"
E-mail contratos.atas@riocrespo.ro.gov.br



Rio Crespo/RO, 28 de maio de 2026.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – SEMAGRI

CONTRATADA






Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta	DE CONTRATO ADMINISTRATIVO	28/05/2026
ID: 167249	Processo	Documento
CRC: 0DD8AF7D		
Processo: 3-390/2026		
Usuário: LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS		
Criação: 28/05/2026 10:09:56	Finalização: 28/05/2026 10:14:28	
MD5: D86BFA9F1B0B4C431A5D00C87B345D0C		
SHA256: 41A6962C4119991712036EF39259DB0386FB12EEF7F5A72E83F25416DB70C117		

Súmula/Objeto:

MINUTA DE CONTRATO

INTERESSADOS

ATAIDE JOSE NORBERTO

28/05/2026 10:09:56

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

28/05/2026 10:09:56

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



LEIDIANE VIEIRA DOS SANTOS

GESTOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
CONVÊNIO E ACO

28/05/2026 10:14:58

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 167249 e o CRC 0DD8AF7D.